



SENADO FEDERAL

História do Senado Brasileiro



Brasília – 2008



SENADO FEDERAL

História do Senado Brasileiro

BRASÍLIA – 2008

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SENADO FEDERAL/CENTRO DE MEMÓRIA DIGITAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (CMD)

Coordenação-Geral

Marcos Magalhães

Pesquisa Histórica e Texto

Antônio José Barbosa

Celso Silva Fonseca

Corcino Medeiros dos Santos

Marcos Magalhães

Design Gráfico

Elvis Kleber

Edição de Imagens

Marcelo Feijó

Marcos Magalhães

Desenvolvimento de Sistemas

Anderson C. A. Nascimento (Coordenação), Tamer Américo da Silva, Eric Daher Lopes,
Georges Amvame Nzé; Willian Lennon

Edição de Áudio

Wellington Diniz

Apoio a Pesquisa e Reprodução de Imagens

Rogério Rodrigues do Nascimento, Lílian Chaves Maluf, Luciana Borges Luz, Flávia
Vieira de Carvalho, Moira Sadzevicius, Suelen Dal Osto Bidinoto, Ana Karine Pereira,
Clara Pedroso Maffia, Alexandro Vinícius da Silva, Loyane Dias Rocha, Luísa Moser

Barbosa, Antônio José.

História do Senado Brasileiro / Antônio
José Barbosa, Celso Silva Fonseca, Marcos Magalhães. –
Brasília : Senado Federal, 2008.
88 p. : il. + 3 CD-ROMs

1. Senado, história, Brasil. 2. Brasil. Congresso Nacional. Senado
Federal, história. I. Fonseca, Celso Silva. II. Magalhães, Marcos. III.
Título.

CDDir. 341.2531

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
BIÊNIO 2007/2008

Senador Garibaldi Alves Filho
PRESIDENTE

Senador Tião Viana
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Gerson Camata
2º SECRETÁRIO

Senador Alvaro Dias
2º VICE-PRESIDENTE

Senador César Borges
3º SECRETÁRIO

Senador Efraim Moraes
1º SECRETÁRIO

Senador Magno Malta
4º SECRETÁRIO

Senador Papaláéo Paes
Senador Antônio Carlos Valadares
Senador João Vicente Claudino
Senador Flexa Ribeiro
SUPLENTE DE SECRETÁRIO

COMISSÃO 2008 – ANO CULTURAL DO SENADO FEDERAL

Senador Demóstenes Torres (Coordenador)

Senador Marco Maciel (Coordenador)

Agaciél da Silva Maia
DIRETOR-GERAL

Claudia Lyra
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Bruno Dantas Nascimento
CONSULTOR-GERAL

Francisco Maurício da Paz
DIRETOR DA SECRETARIA DE ARQUIVO

Agradecimentos

Subsecretaria de Anais

Biblioteca Luiz Viana Filho - Senado Federal

TV Senado

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cedoc Multimídia – Senado Federal

Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB)

Centro de Documentação e Informação da Câmara Federal (CEDI)

Ministério da Cultura (MinC)

Radiobras

Arquivo Público do Distrito Federal

Arquivo Nacional

Biblioteca Nacional

Museu da República

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Instituto Moreira Salles

Correio Braziliense

Ana Cláudia Ferreira da Silva, Júlio Caesar Ramos, Adelaide Soares de Oliveira Veiga, Matié Nogi, Marcello Casal Jr., Sérgio Lima, Lamberto Ricarte Serra Júnior, Vânia Lúcia Alheiro Rosa, Cláudio Dumas Gomes, Lídia Cristina Pinheiro da Silva, Mônica C. Alves, Ricardo Veiralves, Luciana Gresta, Marcelo Gomes Durães, Flávia Barreto Cohen, Luiz Borges Neto, Sandra Nui Asano, Alexandra Otani Macário Edreira, Deraldo Goulart, Eliane Manhães, Helena Celeste Ribeiro Lustosa Vieira, José Farias Maranhão, Stelina Maria Martins Pinha, Sérgio Francisco de Oliveira Penna, Edson Zampronha, Marcos Mesquita, Elisa Freixo, Jaime Ernest Dias, Grupo Naípe, Roberto Corrêa

Palavra do Presidente do Senado

Neste ano de comemorações de efemérides, o Senado Federal edita oportunamente publicação multimídia sobre a sua trajetória. Publicação que interessa a todos os brasileiros, sem dúvida, pois é mais do que um truísmo afirmar que a história do Brasil confunde-se com a história do Senado.

O Senado esteve presente de forma decisiva na maior parte dos momentos significativos da história do Brasil independente. Nesse período, o país experimentou mudança na forma de governo, com a Proclamação da República, passou por pelo menos oito processos revolucionários de largo alcance, viveu sete constituições e, salvo em alguns períodos de recesso da atividade legislativa, todos de breve duração, com exceção do período do Estado Novo, contou sempre com o papel de relevo da câmara alta do Legislativo.

A nação testemunhou a construção histórica do espaço político da Casa. Se as atribuições e competências do Senado variaram historicamente, seu denodo no cumprimento daquilo que é mais sagrado na atividade parlamentar, a representação da vontade do povo brasileiro, foi e continua sendo uma constante e vetor de suas ações. É exatamente este o traço de continuidade que perpassa a história desta instituição e que vale a pena lembrar nos momentos em que sombras anunciam-se no horizonte.

É na soberania popular que se funda a legitimidade do Poder Legislativo. Tratar da história do Parlamento significa prestar contas do seu ato fundador e é essa comunhão entre a representação popular e a nossa Casa que nos permite concluir que a história do Senado é a História do Brasil.

Navegar é preciso!

Garibaldi Alves Filho

Presidente do Senado Federal



1822

O Rio de Janeiro
na época da instalação
do Senado,
Thomas Ender.



1829

Na abertura da sessão imperial: “É um edifício de dois andares, com duas frentes, tendo, de cada lado, nove janelas com venezianas. Era fresco e estava bem pintado e caiado, mas não possuía qualquer ornamento arquitetônico, salvo uma cornija rasa, apoiada em duas pilastras laterais, e vasos de flores em forma de urna sobre o parapeito, os quais estavam realmente cheios de plantas naturais, pois não ocorre aos brasileiros a idéia de construir qualquer parte de um edifício sem dar-lhe a aplicação que lhes parece evidente”. *Robert Walsh, 1830.*

Palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado – Robert Walsh





O Palácio Conde dos Arcos, P. G. Bertichem, 1856

“Nenhum tumulto das sessões. A atenção era grande e constante. Geralmente, as galerias não eram mui freqüentadas, e, para o fim da hora, poucos espectadores ficavam, alguns dormiam. Naturalmente, a discussão do voto de graças e outras chamavam mais gente. Nabuco e algum outro dos principais da Casa gozavam do privilégio de atrair grande auditório, quando se sabia que eles rompiam um debate ou respondiam a um discurso. Nessas ocasiões, mui excepcionalmente, eram admitidos ouvintes no próprio salão do Senado, como aliás era comum na Câmara temporária; como nesta, porém, os espectadores não intervinham com aplausos nas discussões”. (Machado de Assis, *O Velho Senado*).

Decreto de 22.01.1826 – D. Pedro I nomeia os senadores da primeira legislatura.



Trajes de um senador do Império

J. B. Debret.

06.05.1826

Surgimento do Senado brasileiro

Cada legislatura durava quatro anos e cada sessão anual, quatro meses. As sessões de abertura e de encerramento das sessões anuais eram imperiais, fazendo-se em Assembléia Geral, reunidas as duas câmaras. A sessão imperial de abertura era todos os anos, no dia três de maio. Como os trabalhos preparatórios das duas câmaras atrasaram, a primeira sessão do Senado ocorreu no dia seis de maio.

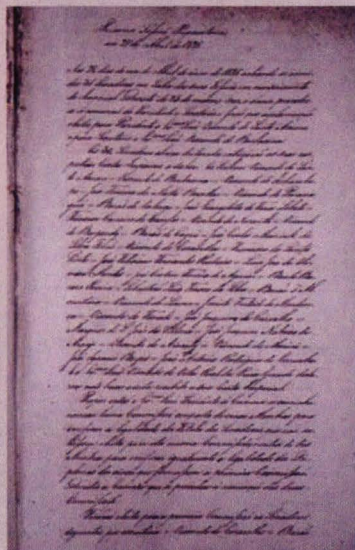
Fala do Trono

*Pedro Américo
Museu Imperial de
Petrópolis.*



Caricatura da Fala do Trono

*Agostini
Revista Ilustrada, 1879.*



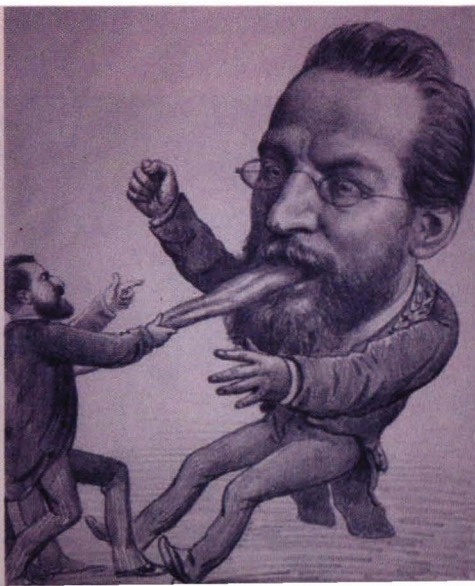
1826

Livro de Atas do Senado

Ata da Sessão Imperial
de 06 de maio de 1826,
Acervo Senado Federal

“É pela língua
que ele paga”

Caricatura de Silveira Martins,
político do Império, Agostini,
Revista Ilustrada, 1879. O Senado
era conhecido como a Sibéria, dada
a frieza de seus parlamentares.





Agostini, Revista Ilustrada, 1880

Sátira da escolha de senadores no Império.

“O que é meu é meu, não venham cá meter-se naquilo que me pertence. Por isso V. Ex.^a há de ter notado que fico um pouco incomodado com estas eleições para a representação nacional de pessoas que não têm eira nem beira, nem ramo de figueira, nos lugares por onde se elegem. Não, dos meus negócios quem trata melhor sou eu; e se não sou capaz de tomar conta de meus negócios, devo ir para o hospital, para a casa do Sr. José Clemente. (Risadas)” (Senador Holanda Cavalcanti, sessão de 20 de maio de 1851). O voto era censitário e o mandato de senador era vitalício. Cada eleição de senador gerava lista triplíce dos mais votados, cabendo ao Imperador a escolha final.



Escravos em um navio negro, J. M. Rugendas, 1822-1825

23.11.1826 – Tratado Anglo-brasileiro de abolição do comércio de escravatura.

15.10.1827 – Lei de responsabilidade dos Ministros e Secretários de Estado e dos Conselheiros de Estado. Primeira legislação sobre corrupção na administração pública.

18.09.1828 – Criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

01.10. 1828 – Lei de organização das Câmaras Municipais.

*Casa de Câmara e Cadeia de
Ouro Preto,
Augusto Riedel, 1864,
Acervo Biblioteca Nacional*





Primeira metade do séc. XIX, J. B. Debret

Víveres levados à cadeia pela irmandade do Santíssimo Sacramento.

1828 – Fim da Guerra da Cisplatina.

16.12.1830 – Código Criminal.

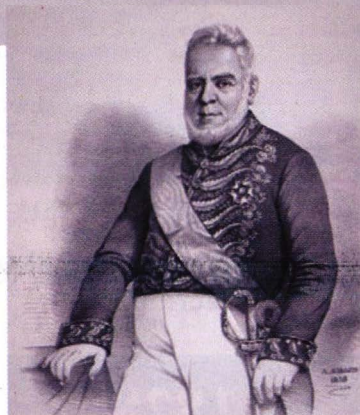
Foi a primeira experiência legislativa de elaboração de códigos do parlamento brasileiro. As leis penais que vigiam, baseadas no Livro V das Ordenações Filipinas, eram denominadas pelo senador Marquês de Caravelas como “Código do Dragão”. Para o senador Vergueiro, era “de suma necessidade substituir às leis antigas feitas nos tempos da barbaridade um novo Código: adaptado às luzes do nosso século” (Sessão de 23 de novembro de 1830).



**Senador Marquês de
Caravelas**

Um dos membros da
Regência Trina Provisória,
litografia de S. A. Sisson, 1861

**Senador Nicolau P.
Campos Vergueiro**
Um dos membros da
Regência Trina Provisória,
litografia de S. A. Sisson,
1861



07.04.1831- Abdicação de D. Pedro I.
Escolhida a Regência Trina Provisória.



Marquês de Barbacena
Litografia de S. A. Sisson, 1861



Mercado de Escravos, Chamberlain, 1819-1820

07.11.1831 – Lei de repressão do tráfico de escravos:

“Pouco a pouco foram-se fazendo tentativas para iludir a execução da lei; os que isso faziam foram achando acolhimento na população; pouco a pouco foi-se julgando que convinha mesmo proteger o tráfico; enfim, não sei se isto está muito exato, houve tempo em que o grande título para ser nomeado representante da nação era ser protetor do contrabando dos negros.”

(Senador Hollanda Cavalcanti , sessão de 21 de maio de 1851).

Mercado de escravos, J. M. Rugendas





Desembargadores de Justiça, J. B. Debret

29.11.1832 – Código do Processo Criminal.

“Nós assentamos e com razão que uma matéria tão importante não devia passar só com a assinatura e o que se tem passado a respeito do Código Criminal nos deve acautelar para não cairmos mais em aprovar em globo matérias importantes” (Senador Marquês de Caravelas, sessão de 2 de agosto de 1832).

12.08.1834 – Ato adicional à Constituição do Império
e primeira reforma da Constituição de 1824 (Lei nº 16).

Revolução Farroupilha

(Rio Grande do Sul, 1835-1845)

1835

Cabanagem (Pará, 1835-1840)

Revolta dos Malês (Bahia)



Cena da Provincia do Rio Grande, J. B. Debret

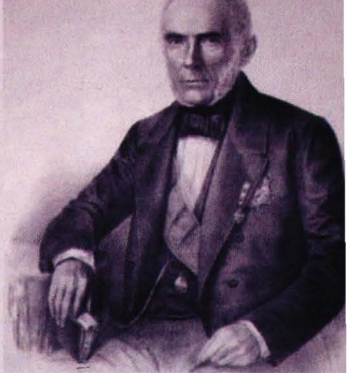
**12.10.1835 – Eleição de Diogo Feijó
para Regente do Império.**



*S. A. Sisson
litografia, 1861*

Senador Marquês de Olinda

*Luiz Aleixo Boulanger
Litografia, 1853*



19.09.1837 – Demissão de Feijó e substituição interina por Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda).

1837 – Revolta Sabinada (Bahia, 1837-1838).

1838 – Revolta Balaiada (Maranhão/Piauí, 1838-1841).

12.05.1840 – Interpretação de artigos da Reforma Constitucional (Lei nº 105).

23.07.1840 – Golpe da Maioridade, com a decretação da maioria de Pedro II pela Assembléia-Geral Legislativa.

Pedro II às vésperas de assumir o trono.

*Félix Emile Taunay, 1837
Museu Imperial de Petrópolis*





Coroação e Aclamação de D. Pedro II, Litografia de Luis Auguste Moreau, 1841

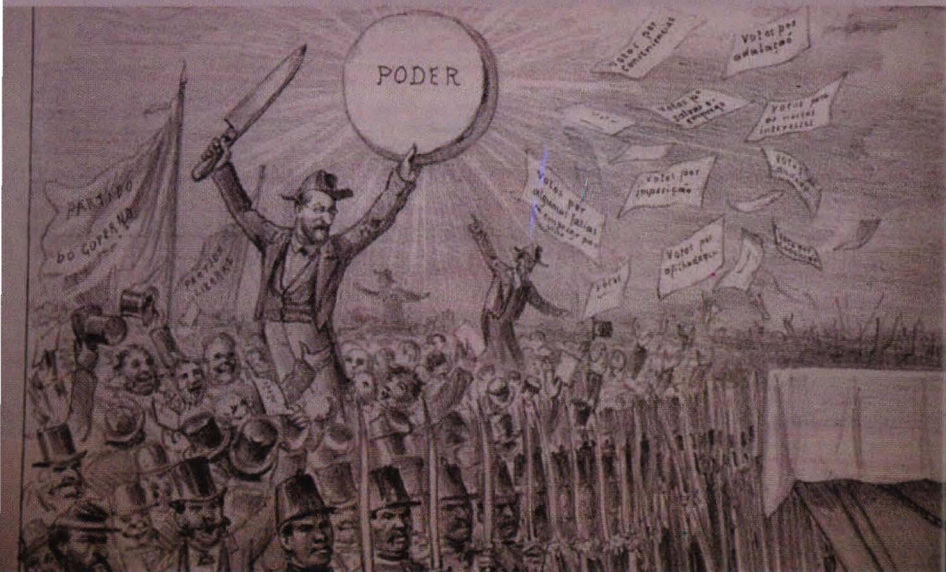
23.11.1841 – Restauração do Conselho de Estado

03.12.1841 – Reforma do Código do Processo Criminal (Lei nº 261).

1842 – Revolução dos Liberais (São Paulo/Minas).

Vista Geral de São Paulo, J. P. Debret, 1827





Agostini, Revista Ilustrada, 1880

19.08.1846

Primeira Lei Regulamentar das Eleições (Lei 387):

“Não está a Justiça reunida com o Poder Executivo? Empregam-se todos os meios, faz-se trabalhar a máquina infernal para que saiam deputados aqueles que se designam, e pode-se dizer que há Poder Legislativo? ... O Senado, que está encarregado de conservar as instituições do país, de manter a liberdade pública e particular, pode ver com indiferença tanta violação de lei, aniquilação da lei fundamental do Estado? Creio que não”. (Senador Bernardo Pereira Vasconcellos, sessão de 16 de junho de 1846).

Agostini, Revista Ilustrada, 1878





Polichinelo, 1876

“Metemos as senhoras na dança, e é o único meio de evitar a urna quebrada e o rolo. Quando uma senhora appear-se do cupê, da caleça ou do bonde, de luva, saia apertada, ponta de saia na mão, na outra mão a cédula (voto no marido, naturalmente), é impossível que este povo tenha perdido toda a galantaria, e faça um rolo, como se ela fosse um fósforo. A mulher não pode ser um fósforo. Quando muito é a lixa onde os corações contraem lume. Nem rolo, nem cachação, nem facada, com a intervenção de mulher nas eleições ... Venha, venha o voto feminino; eu o desejo, não somente porque é idéia de publicistas notáveis, mas porque é um elemento estético nas eleições, onde não há estética.” (Machado de Assis, *História de Quinze Dias*, 1877);

20.07.1847 – Criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros.



Engenho Ilha das Mercês, Pernambuco Aquarela, séc. XIX, Biblioteca Nacional

1848 – Revolução Praieira (Pernambuco, 1848-1849).

04.09.1850 – Lei Eusébio de Queirós (Lei n.º 581).

“Mas, enfim, a opinião foi-se esclarecendo; muitos lavradores interessados no tráfico foram se desenganando por experiência própria, foram conhecendo que o tráfico era prejudicial, e o foram abandonando; a opinião foi tomando outra direção; fácil então tornou-se ao governo empregar os meios que a lei punha à sua disposição. Assim foi que se fez uma lei mais forte; começou então a repressão. Mas começou a repressão, porque a opinião deu lugar a isto; porque os interesses envolvidos neste tráfico eram os mesmos que já se desviavam dele” (Senador Visconde de Olinda, sessão de 24 de maio de 1851).

*Auguste Earle e
Edward Finden,
gravura, 1824*



18.09.1850 – Lei de Terras e de colonização

(Lei n.º 601). “Quando há contestações hoje entre os posseiros, a questão quase sempre se decide pelo bacamarte ... a população vai crescendo, vai indo para o interior; com esta lei tinha um meio legítimo, pacífico e seguro de adquirir as terras de que necessita; e cessaria essa ocupação dos terrenos devolutos que vai privando o estado de importantes recursos”.

(Senador Paula Souza, sessão de 19 de julho de 1847)

*Maloca dos Apiaká
no Rio Arinos,
Hercules Florence,
aquarela, 1828*





*Rua Direita,
Rio de Janeiro
J. M. Rugendas*

25.06.1850 – Código Comercial (Lei n.º 556):

“Grande clamor se tem levantado já pela falta de uma legislação comercial apropriada às necessidades do comércio; e a prova aí está nas repetidas representações que o comércio de Pernambuco, da Bahia, do Maranhão e do Rio de Janeiro tem enviado ao corpo legislativo, pedindo a adoção do projeto em discussão” (Senador Clemente Pereira, sessão de 9 de agosto de 1848).



**“Muda-se de
casaca,
mas não se muda
de partido”**

*Agostini
Revista Ilustrada,
1877*



19.09.1855 – Lei dos Círculos

Eleição por distrito ou círculo eleitorais (Lei n.º 842).

18.08.1860 – Reforma eleitoral (Decreto n.º 1.082).

1864 – Guerra do Paraguai (1864-1870).

Tenente Cândido Lopez, aquarela



03.12.1871 – Manifesto Republicano.

28.09.1871 – Lei Visconde do Rio Branco

(Lei do Ventre Livre). “A lei não cuidou das gerações atuais, mas foi feita em nome dessas, arrancada pela compaixão e pelo interesse que a sua sorte inspirava dentro e fora do país, espalhando-se pelo mundo a notícia de que o Brasil havia emancipado os seus escravos; e por isso durante toda a discussão o sentimento predominante era de pesar, por se fazer tanto pelos que ainda não tinham nascido e tão pouco pelos que haviam passado a vida no cativeiro” (Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*).

28.09.1875 – Lei dos Sexagenários

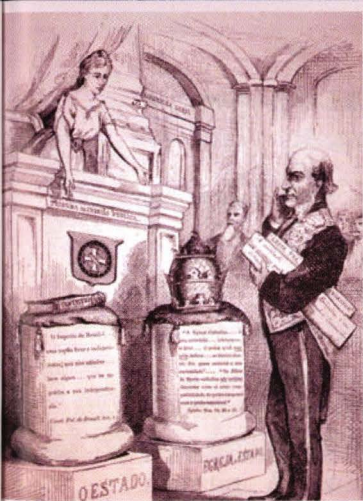
(Lei Saraiva-Cotegipe).

20.10.1875 – Lei do Terço

(reforma da lei eleitoral) – Lei n.º 2.675.



Colhedores de café. Fotografia de Marc Ferrez



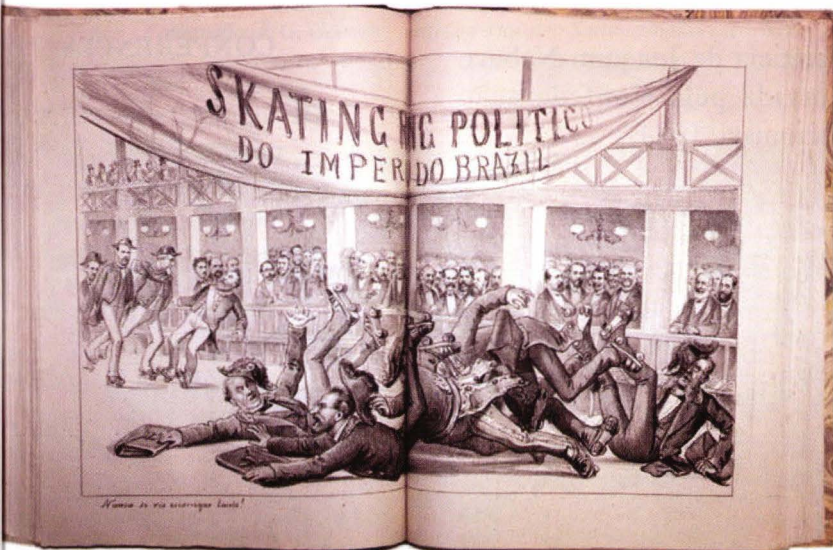
lorian, segundo T. Nast., *Novo Mundo*, 1875

1873/74 – Questão Religiosa.

1877 – Reforma Eleitoral.

“Ora, dizei-me: Não é isto uma farsa? Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a resistência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar Ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la esta eleição faz a maiorias. Eis, aí está o sistema representativo do nosso país” (Senador Nabuco de Araújo, sessão de 17 de junho de 1868).

“Nunca se viu escorregar tanto”



Agostini, *Revista Ilustrada*, 1878



Alegoria sobre a Lei Saraiva,
Revista Ilustrada, Agostini 1881

09.01.1881 – Lei Saraiva:
instituição da eleição direta
(Lei nº 3.029).

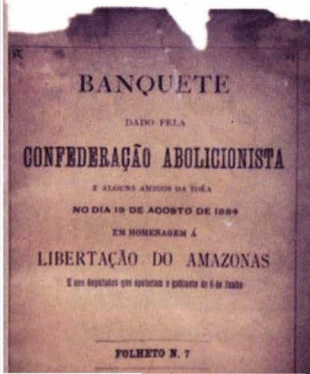
1883 – Início da Questão Militar.

03.1884 – Extinção da escravidão no Ceará.

Conferência de Joaquim Nabuco
promovida pela Confederação
Abolicionista, 1884.

CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA

CONFERENCIA
DO
SR. JOAQUIM NABUCO
a 22 de Junho de 1884
NO THEATRO POLYTHEAMA



07.1884 – Extinção da escravidão no Amazonas.

Comemorações da abolição na
província do Amazonas.

28.09.1885 – Lei dos Sexagenários (Lei nº 3.270).

“À vista do tópico da Falla do Throno, que diz – Confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a infeliz herança etc, etc – esperamos que o Parlamento empregue todo o entusiasmo, uma boa esponja e todos os ingredientes necessários para fazer desaparecer, para sempre, essa hedionda mancha”, Agostini, *Revista Ilustrada*, 1888.



1886 – Fundação da Sociedade Promotora da Imigração.

Trabalho imigrante em fazendas de café paulistas

Fotografia de G. Gaensly, Instituto Moreira Salles, final do séc. XIX



13.05.1888 – Lei Áurea: Abolição da Escravatura (Lei n.º 3.353).

“Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a Regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu, o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem o favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio”
Machado de Assis, *Diário do Rio de Janeiro*.

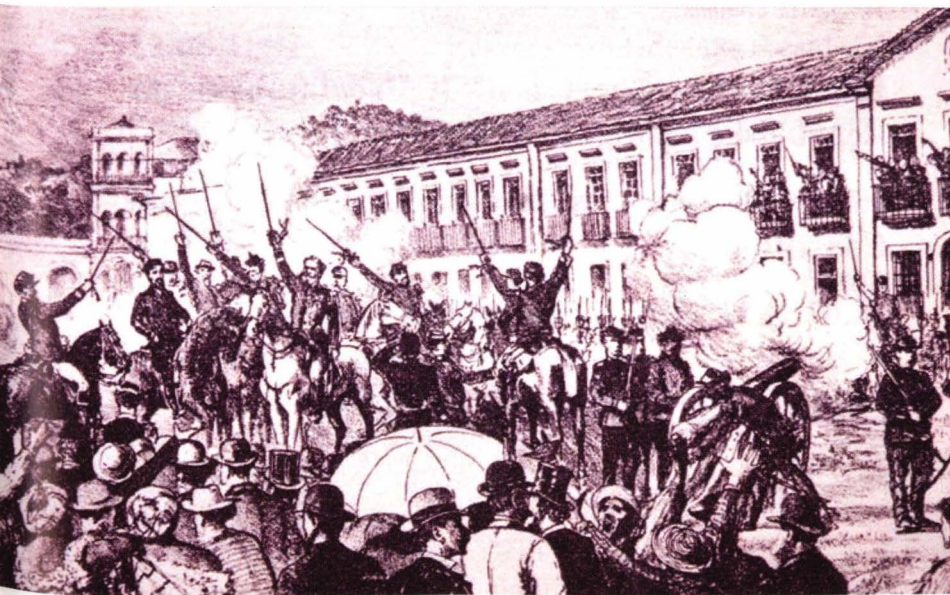


Missas em comemoração à Abolição da escravidão no Brasil
Fotografia de Luís Ferreira
Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

*Anônimo, Fundação
Maria Luísa e Oscar
Americano*



15.11.1889 – Proclamação da República.



Proclamação da República, na Praça da Aclamação, atual Praça da República, por Deodoro da Fonseca, no dia 15 de novembro de 1889. Nicola Antônio Facchinetti, litografia

Ordem do dia.

Entra em 1.^a discussão, com as emendas que lhe dizem respeito o Capítulo I da Seção 1.^a do Título I do projeto de Constituição, compreendendo o art. 16.^o à 26.^o.

O Sr. Presidente declara que...

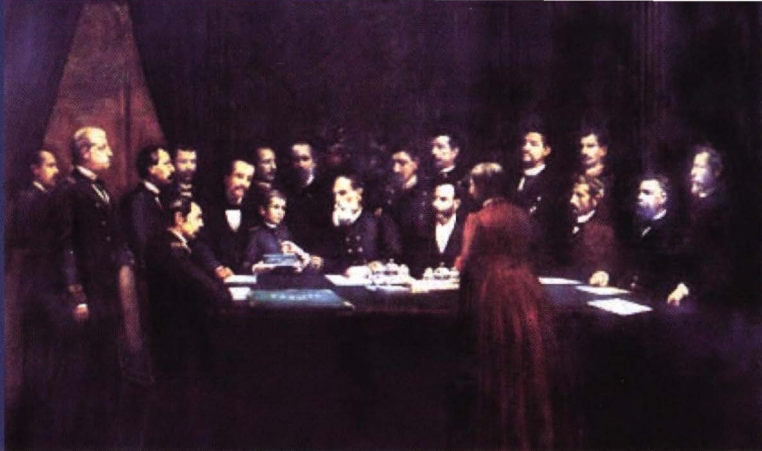
Livro de Atas da Comissão do Congresso Nacional eleita para dar parecer sobre o Projeto de Constituição – Acervo Senado Federal

15.11.1889 – Decreto nº 1. Proclamação da República e instituição do Governo Provisório.

15.11.1890 – Instalação do Congresso Nacional Constituinte.

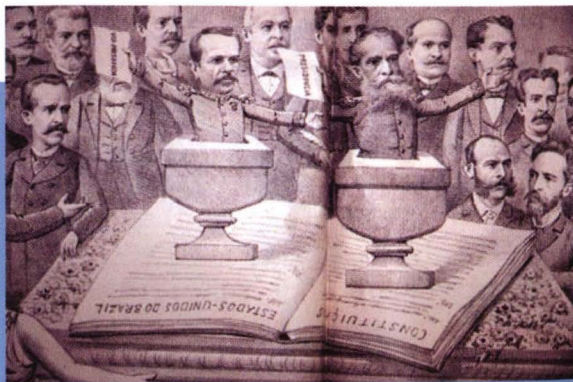
24.02.1891 – Promulgação da Constituição.

A representação do Senado passa a ser federativa, cabendo a cada estado e ao Distrito Federal a eleição de três representantes. O mandato dos senadores passou a ser de nove anos, renovando-se um terço trienalmente. A Presidência do Senado estaria a cargo do Vice-Presidente do Brasil. Cada sessão legislativa durava quatro meses por ano, iniciando-se no dia três de maio. A Assembléia Constituinte tornou-se o Congresso Nacional, elegendo os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto como Presidente e o Vice-Presidente da República, respectivamente.



Assinatura da Constituição, Gustavo Hastoy, 1891, Senado Federal

22.08.1891 – Lei de Responsabilidades do Presidente da República. Aprovada pelo Legislativo, foi vetada pelo Presidente em fins de outubro. O Senado reagiu ao veto presidencial e aprovou a Lei de Responsabilidades: “Como se estranha que o Senado Federal, funcionando como tribunal político e para fim de apelar do cargo o Presidente delinqüente, não o possa condenar por excessos e abusos de poder repetidos, que tenha causado dano provado ao Estado ou aos particulares?” (Senador José Hygino Sessão de 2.11.1891).



*Agostini,
Revista
Ilustrada,
1891*

03.11.1891 – Dissolução do Congresso Nacional (Decreto 641). Forças militares cercaram os edifícios do Senado e da Câmara. Reação do Congresso Nacional por meio do Manifesto de quatro de novembro de 1891: “A nação deve ter visto nesse triste documento (o manifesto de Deodoro da Fonseca) a presunção orgulhosa da supremacia absoluta e toda pessoal

do chefe do Estado sobre todos os poderes públicos (...) O fim da ditadura é manifesto: procura rebaixar aos olhos da nação os sentimentos do Congresso, abater o nível moral de sua autoridade e por esse modo desprestigiá-lo perante o país”.

23.11.1891 – Deodoro passava o governo às mãos do vice-presidente da República, Floriano Peixoto.

31.03.1892 – Manifesto dos 13 Generais, no qual treze oficiais de terra e mar pediam que Floriano promovesse novas eleições.

Mensagem do Generalíssimo Deodoro.

Pelo-zeloso sr. encarregado da Estação Telegraphica fomos hoje firinjados com a copia da mensagem que o marochal Deodoro dirigia aos seus concidadãos, na occasião de entregar o governo ao Vice-Presidente da Republica.

Esse documento fizemos distribuir hoje promptamente em um boletim, para que assim podesse o publico ter, com mais presteza, conhecimento d'elle.

Elle o :

(Circular)

Manifesto de Deodoro da Fonseca. Diário do Maranhão, 24 de novembro de 1891



1892

*Agostini,
Revista Ilustrada*

1893-1895 – Revolução Federalista.



Agostini, Revista Ilustrada, 1895

06.09.1893 – Revolta da Armada:

“Não sei encarar com simpatia a revolução quando ela vem de cima, sob a forma de golpe de Estado, de abusos do poder, de violações de direitos, de usurpações de atribuições para fulminar a que vem de baixo, sob a forma de protestos, de reivindicações, de restauração da lei e da Constituição. Não, queremos a República sem opressões injustificáveis, que a podem tornar odiosa, e sem as agitações populares estéreis e condenáveis,

Ilustração Brasileira



que dilatam o período de sua consolidação e podem mesmo comprometê-la. É por isso que não sentimos embaraço em responder de pronto à pergunta com que nos honrou o distinto senador pelo Rio de Janeiro: “Quereis a ditadura? Quereis a anarquia?”” (Senador Leopoldo de Bulhões, 1894).

1894

O Projeto n.º 14, elaborado e decretado pelo Congresso Nacional em sessão de 24 de julho de 1894, regula o estado de sítio: “Para o conter, o Governo recorre ao Congresso, e o nobre Senador rio-grandense, em nome do Governo, nos propõe a declaração do estado de sítio ... Mas quisera eu que desse recurso extraordinário se pudesse prescindir. Governar com estados de sítio não é difícil. Está no mesmo caso que administrar sem lei, nem orçamentos. Sob o regime do arbítrio não há dificuldades administrativas. Agora, porém, vejo que para essa providência se inclinam todas as opiniões. Como que em torno de sua idéia se vai firmando espontaneamente um assentimento geral, instintivo” (Senador Rui Barbosa).

1896-1897 – “Finalmente, Canudos não se rendeu. Resistiu até o esmagamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, à frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (Euclides da Cunha, *Os Sertões*).

**Antônio
Conselheiro**
*Flávio de
Barros,*
*Acervo Museu
da República*





Ilustração de Poty para Os Sertões, de Euclides da Cunha

17.11.1903 – Tratado de Petrópolis.

Incorporação do Acre ao território brasileiro.

1903-1906 – Reformas urbanas do Rio de Janeiro.



CÔRTE DO MORRO DO CASTELLO

*Derrubada do Morro
do Castelo
Revista Cosmos*

*Inauguração da
Avenida Central
Revista Cosmos*

INAUGURAÇÃO DA AVENIDA CENTRAL





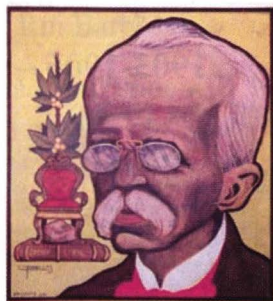
1906 – Convênio de Taubaté.

“Em proveito das grandes e poderosas empresas, o Governo tudo faz, tudo concede, mesmo com sacrificio da lei e de disposições contratuais expressas – para a lavoura, para as classes que produzem nada, absolutamente nada, faz.” (Senador Bernardo Ellis, sessão de 13 de agosto de 1906).

15.06.1907 – 2ª Conferência de Paz, em Haia.

22.08.1909 – Campanha Civilista.

Aclamação do Senador Rui Barbosa como candidato à Presidência da República.



*Caricatura de Rui Barbosa
Revista Careta, 1908*

22.11.1910 – Revolta da Chibata.

“Agora mesmo, por este movimento irrefletido, infeliz e lastimável, acabam de mostrar os nossos marinheiros que não são meras máquinas de caprichos e de pretensões desatinadas; que no íntimo de sua alma existem paixões ardentes, sentimentos profundos, com os quais devemos contar. Os marinheiros, como os soldados, são sagrados na sua pessoa. Maltratá-los, sobrecarregá-los com excesso de serviços é ofender um dos princípios de

humanidade que mais se impõem aos países civilizados”. (Ruy Barbosa, sessão de 23 de novembro de 1910).

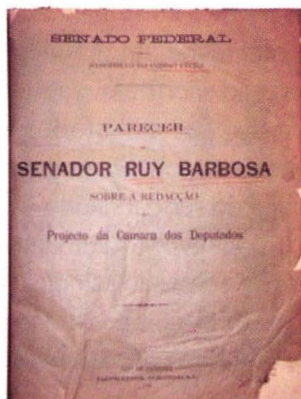


Tripulação do Barroso, Ilustração Brasileira

1912 – 1916 – Guerra do Contestado.

1916 – Primeiro Código Civil brasileiro.

**Parecer de Ruy
Barbosa sobre
Projeto do
Código Civil.**



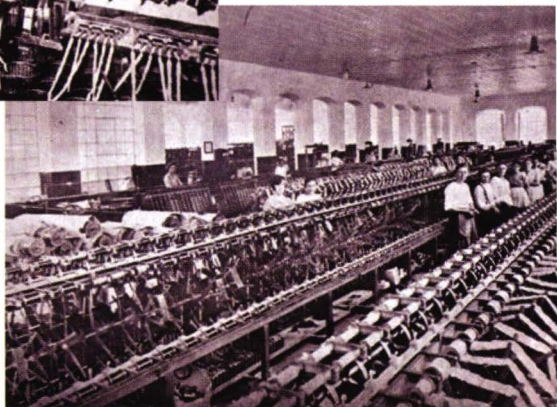
1917



Centenário

Centenário

Grande greve.



5.7.1922 – Movimento Tenentista (“Os 18 do Forte”):

“Nesta hora ansiosa para o nosso patriotismo, em que estamos vendo patrícios nossos, transviados pelas explorações políticas, voltarem contra à autoridade e à lei; nesta hora, em que estamos vendo a mocidade em que desabotoam as esperanças do país ser lançada ao sacrifício e à morte pela alheia cobiça do poder (...) É por isso que eu, informado de que à Câmara foi dirigida uma mensagem pelo Sr. Presidente da República, mostrando a necessidade de ser decretado o estado de sítio e de que o outro ramo do Legislativo vai deliberar, imediatamente, sobre o assunto, requiro que o Senado se constitua em sessão permanente para que hoje mesmo esse projeto possa ser transformado em lei.”
(Senador Cunha Pedrosa sessão de cinco de julho de 1922).



Saída da guarnição do Forte de Copacabana: Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Niton Prado e o civil Otávio Correia, Revista Cruzeiro

1922 – Fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB).

31.12.1924 – Realização da última sessão do Senado Federal no Palácio Conde dos Arcos.

A sede do Senado, pouco antes de ser desativada, em 1922



28.04.1925 – Realização da primeira sessão do Senado Federal no Palácio Monroe.

Palácio Monroe, Acervo Instituto Moreira Salles



Palácio Monroe, Acervo Instituto Moreira Salles



1927-1927 – Coluna Prestes.

7.10.1926 – Reforma Constitucional.

24.10.1930 – Revolução de 30. Deposição do Presidente da República, Washington Luís, pelo movimento revolucionário, e nomeação da Junta Governativa Provisória.

Chegada das tropas no Rio de Janeiro, Acervo Arquivo Nacional



11.11.1930 – Instituição do Governo Provisório, com poderes discricionários, sob a Chefia de Getúlio Vargas.



*A posse de Vargas
Revista Cruzeiro*

11.11.1930 – Dissolução do Congresso Nacional
(Decreto nº 19.398).

24.02.1932 – Expedição do Código Eleitoral
consagrando o voto secreto, a representação proporcional,
a representação profissional, o princípio da universalidade
do sufrágio, com a admissão do voto feminino, e a Justiça
Eleitoral (Decreto nº 21.076).



Reunião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Revista Cruzeiro

**14.05.1932 – Criação de Comissão incumbida de elaborar
um anteprojeto de Constituição, a fim de ser presente à
Assembléia Constituinte a ser convocada (Decreto nº 21.402).**

**09.07.1932 – Revolução Constitucionalista de
São Paulo.**

*Charge do Jornal
das Trincheiras,
periódico da
Revolução
Constitucionalista*



15.11.1933 – Instalação da Assembléa Constituinte.
Carlota Pereira Queiroz é eleita primeira deputada federal do Brasil e da América Latina.



16.07.1934 – Promulgação da Constituição.



17.07.1934 – Eleição de Getúlio Vargas, pela Assembléa Constituinte, para o cargo de Presidente da República. Transformação da Assembléa Constituinte em Câmara dos Deputados e Senado Federal.

1935

23.11.1935 – Intentona Comunista.



A repressão da Intentona Comunista, Acervo Arquivo Nacional.

25.11.1935 – Decretação de estado de sítio em todo o território nacional (Decreto Legislativo nº 5).

18.12.1935 – Promulgação pela Câmara dos Deputados, com a colaboração do Senado Federal, de três emendas à Constituição de 1934, fortalecendo os meios de defesa do Estado, diante do levante comunista de 1935 (Decreto-Legislativo nº 6)



A repressão da Intentona e a preparação do golpe, Acervo Arquivo Nacional

21.03.1936 – Decretação do estado de guerra
(Decreto nº 702).

10.11.1937 – Decretação da Constituição de 1937
pelo Presidente Getúlio Vargas, dando início ao período
ditatorial do seu Governo, o Estado Novo.

Getúlio e o Estado Novo, Acervo Arquivo Nacional



1945

28.02.1945 – Revogação de vários dispositivos da Carta de 1937, entre os quais o relativo ao voto indireto para a escolha do Presidente da República e dos membros do Parlamento (Lei Constitucional nº 9).



26.03.1945 – Fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



07.04.1945 – Fundação da União Democrática Nacional (UDN).

28.05.1945 – Regulamentação do processo eleitoral e revogação do Decreto-Lei nº 37, de 02.12.1937, que extinguiu os Partidos Políticos (Decreto-Lei nº 7.586).

EDIÇÃO DOMINICAL — 16 PÁGINAS — 22 Colunas

Diario Carioca

ABRIL 1945
8

SEMANA 14 DE MARÇO 1945

SEM AMBIENTE DE VIBRAÇÃO E ENTUSIASMO INDESCRITÍVEIS

Transformou-se Num Grandioso Comício Cívico a Primeira Reunião Das Oposições Coligadas

J. S. B. DE MENEZES O GOMES



UMA SÉRIE DE REUNIÕES — HOJE REALIZADA EM SEUS QUARTIS GERAIS DO ANEXO DO PALACIO DO SENADO — A PRIMEIRA REUNIÃO DAS OPÇÕES COLIGADAS — COM A PARTICIPAÇÃO DE VÁRIOS REPRESENTANTES DAS OPÇÕES COLIGADAS — CONTEA A CENSO — FALAS DE MENEZES O GOMES, DE OLIVEIRA DE SOUZA, ALVES, LIMA, CAVALLARI, PAUL, SILVA, OLIVEIRA, ALVES, E J. S. B. DE MENEZES O GOMES.



Não há Democracia Sem Ordem Publica e Legalidade

J. S. B. DE MENEZES O GOMES

N a primeira reunião das oposições coligadas, realizada hoje no Anexo do Palácio do Senado, o Sr. J. S. B. de Menezes Gomes, presidente da comissão de defesa da ordem pública e legalidade, fez uma exposição sobre a situação do Brasil e a necessidade de se estabelecer uma ordem pública e legalidade para a realização de eleições livres e justas.

Ele afirmou que a situação atual do Brasil é de grave crise política e que a única solução para esta crise é a realização de eleições livres e justas, sob a égide da ordem pública e legalidade.

O Sr. Menezes Gomes destacou a importância da participação popular e da fiscalização popular na condução do processo eleitoral, e afirmou que a ordem pública e legalidade são condições essenciais para a realização de eleições livres e justas.

Ele concluiu sua exposição afirmando que a ordem pública e legalidade são a base da democracia e que a realização de eleições livres e justas é a única maneira de se estabelecer uma ordem pública e legalidade no Brasil.

17.07.1945 – Fundação do Partido Social Democrático (PSD).

29.10.1945 – Deposição de Getúlio Vargas pelas Forças Armadas.

A mesa enquanto o hino nacional era tocado



Enquanto o Hino Nacional era tocado, a Mesa, como toda a cerimônia, de pé, participou da breve história. Ocuparam-na os exs. Maximiano Cristóvão, deputado estadual eleito Roberto, ministro Edgar Costa, governador Eurico Dutra, ministro Vilhener Fátima, ministro Carlos Nogueira, deputado José Antônio Nogueira. Repetição fotográfica completa na 7ª página. (FOTOS CELSO MUNIZ - DC, cadáveres)

31.01.1946 – Assume a Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, candidato vitorioso nas eleições realizadas em 02.12.1945.

01.02.1946 – Instalação da Assembléia Constituinte.

O Plenário da Promulgação da Constituição, Acervo Arquivo Nacional



18.09.1946 – Promulgação da Constituição de 1946.

A duração da sessão legislativa passa a ser de 15 de março a 15 de dezembro de cada ano. O mandato de senador passa a ser de oito anos, renovando, alternadamente, em 1/3 e 2/3, a cada quatro anos. É prevista a perda de mandato por falta de decoro parlamentar, bem como o funcionamento de CPIs.



Multidão aguarda a promulgação da Constituição, Acervo Arquivo Nacional

09.01.1948 – Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil e conseqüente extinção do mandato dos parlamentares comunistas, entre eles Luís Carlos Prestes.

31.01.1951 – Assume a Presidência da República Getúlio Vargas.

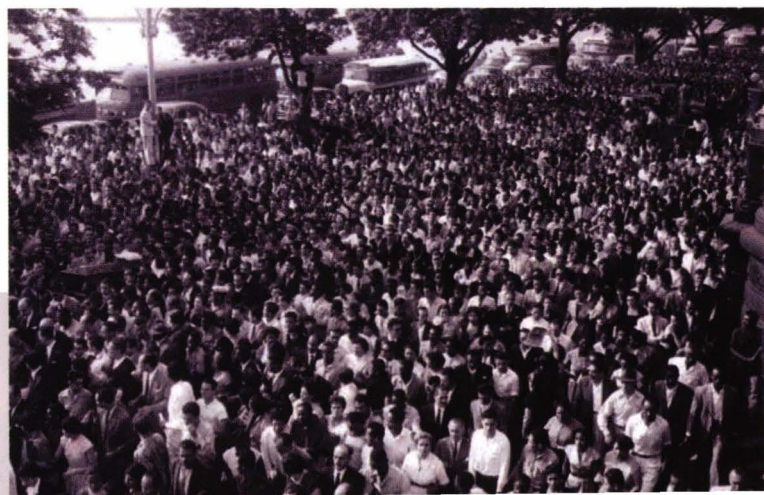


03.10.1953 – Criação da Petrobras (Lei nº 2004).

05.08.1954 – Atentado contra Carlos Lacerda, na Rua Toneleros.

24.08.1954 – Suicídio do Presidente Getúlio Vargas. O Vice-Presidente Café Filho assume a Presidência da República.

Enterro de Vargas, Acervo Arquivo Nacional



03.10.1955 – Eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

08.11.1955 – Assume a Presidência da República Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, em virtude de enfermidade do presidente Café Filho.



12.11.1955 – Assume a Presidência da República Nereu Ramos, Vice-Presidente do Senado Federal, afastando ameaças golpistas.

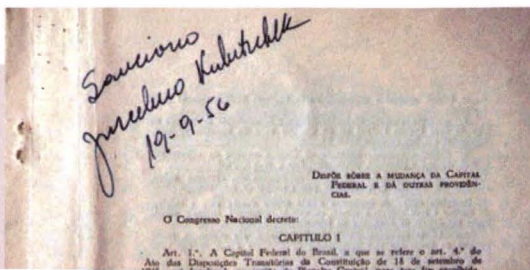
25.11.1955- Decretação do estado de sítio no País (Lei nº 2.654).



31.01.1956 – Assume a Presidência da República Juscelino Kubitschek de Oliveira.

19.09.1956 – Normas regulamentadoras da mudança da Capital Federal para o Planalto Central. Denominação de Brasília à nova Capital e criação da NOVACAP (Lei nº 2.874).

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências, Acervo Senado Federal

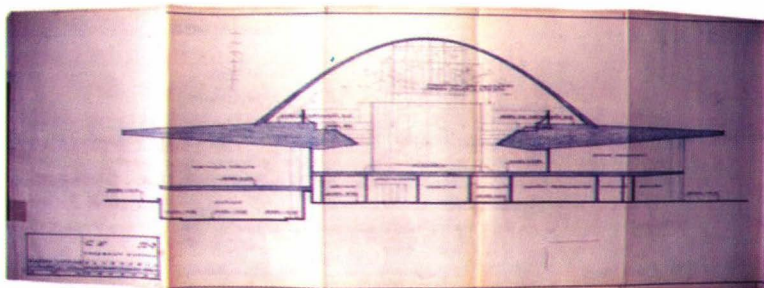


1960

01.10.1957- Fixação da data da mudança da Capital: 21 de abril de 1960 (Lei nº 3.273).

03/09/1959. Acervo Arquivo Público do DF





Secção Transversal do Plenário do Senado, 20/10/1959, Acervo Senado Federal

21.04.1960 – Inauguração de Brasília e realização da sessão de instalação do Congresso Nacional em sua nova sede.

JK e Jango na inauguração da cidade, (F. Fadul), Acervo Arquivo Público do DF



Esplanada dos Ministérios, 03/09/1959, Acervo Arquivo Público do DF





31.01.1961 – Jânio Quadros assume a Presidência da República.

25.08.1961 – Renúncia de Jânio Quadros ao cargo de Presidente da República. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, o substitui, na ausência do Vice-Presidente João Goulart, que se encontrava em missão oficial na China.

Carta de Renúncia de Jânio Quadros, Acervo Senado Federal

RESOLUÇÃO Nº 100
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Para Congresso Nacional.

Nesta data, e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça, os votos de meu ato, renúncio ao mandato de Presidente da República.

Brasília, 25-8-61. | Ulciano

26.08.1961 – Início do movimento da legalidade, em defesa da posse de Jango.



O retorno de Jango ao Brasil, Acervo Arquivo Nacional



*Manifestações
grevistas,
Rio de Janeiro,
10 de outubro de 1963
Acervo Arquivo
Nacional*

02.09.1961 – Promulgação da Emenda Constitucional nº 4, instituindo o Parlamentarismo.

08.09.1961 – Posse de Jango e aprovação, pelo Congresso Nacional, da indicação de Tancredo Neves para o cargo de primeiro-ministro.

15.06.1962 – Elevação do Território do Acre à categoria de Estado (Lei nº 4.070).

06.01.1963 – Plebiscito popular decide pelo retorno ao regime presidencial.



*Manifestações
grevistas,
São Paulo,
30 de outubro de 1963
Acervo Arquivo
Nacional*



Comício da Central do Brasil, Acervo Arquivo Nacional

13.03.1964 – Comício das Reformas de Base, na Central do Brasil, com presença de Jango.

19.03.1964 – “Marcha de Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo.

31.03.1964 – Golpe militar instaura o regime ditatorial.

“Marcha de Família com Deus pela Liberdade”, Revista Cruzeiro

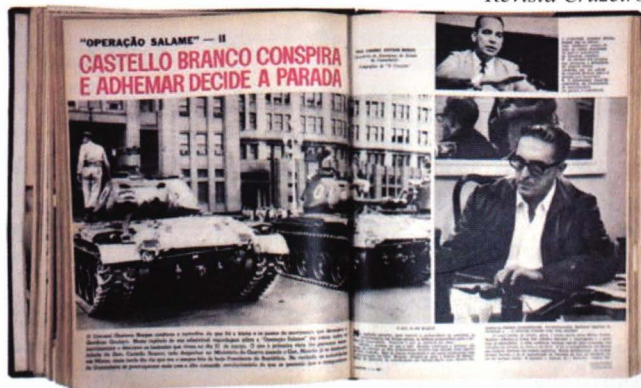




Revista Cruzeiro

02.04.1964 – “O Sr. Presidente da República abandonou o Governo (Aplausos calorosos. Tumulto. Soam insistentemente as campainhas) ... Assim sendo declaro vaga a Presidência da República (Palmas prolongadas. Muito bem! Muito bem! Protestos) e nos termos do art. 79 da Constituição Federal, investido no cargo o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzili (Palmas prolongadas. Muito bem! Muito bem! Protestos)”. Auro Moura Andrade, Presidente do Senado, declara vaga a Presidência da República.

Revista Cruzeiro





*Parlamentares debatem
o AI-1 no Plenário da
Câmara dos Deputados,
9 de abril de 1964,
Acervo Câmara dos
Deputados*

09.04.1964 – Edição do Ato Institucional nº 1 (AI-1) pelo Comando Supremo da Revolução.

Revista Cruzeiro.



10.04.1964 – Cassação de mandatos de 40 Parlamentares e suspensão de direitos políticos de 100 pessoas, entre as quais, João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola e Miguel Arrais.

11.04.1964 – Eleição, pelo Congresso Nacional, para os cargos de presidente e vice-presidente da República, de Humberto de Alencar Castello Branco e José Maria Alkmin.

15.04.1964 – Posse de Castello Branco, em sessão conjunta do Congresso Nacional.



Revista Cruzeiro

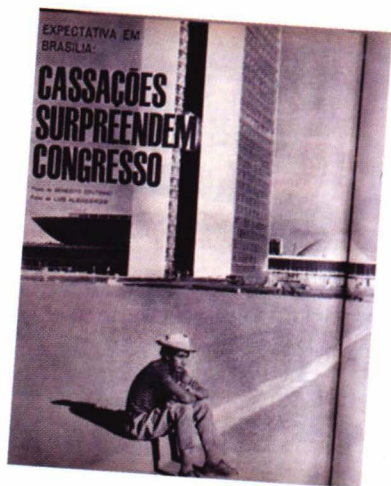
08.06.1964 – Cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos do Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira.

*Alto Comando das
Forças Armadas com
Presidente Castello
Branco, 28/04/1965,
Acervo Radiobras*



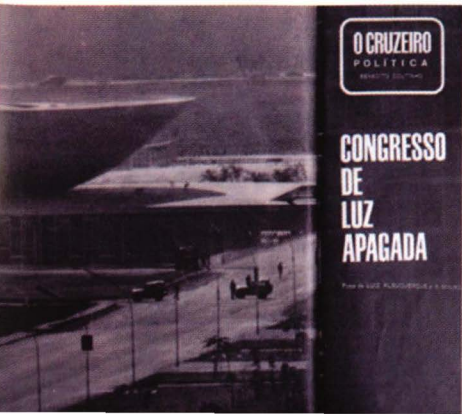
03.10.1966 – Eleição, pelo Congresso Nacional, do Marechal Arthur da Costa e Silva e de Pedro Aleixo para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

12.10.1966 – Cassação do mandato e suspensão de direitos políticos de seis deputados federais.



Revista Cruzeiro

17.10.1966 – Parlamentares permanecem no Congresso em sessão permanente.



*Revista
Cruzeiro*

1966



Com o Congresso em recesso, a diplomação do Presidente Costa e Silva e do Vice-Presidente Pedro Aleixo ocorre no Palácio Monroe, Rio de Janeiro, perante os Presidentes do Senado, Auro Moura Andrade, e da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso, 28/10/1966, Acervo Senado Federal

20.10.1966 – Invasão do Parlamento por contingentes militares. O Presidente Castello Branco decreta recesso do Congresso Nacional até o dia 21.11.1966 (Ato Complementar nº 23).

Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Prefeitos, Juizes, Membros do Ministério Público Eleitoral, Chefes da Casa Militar da Presidência da República, os Secretários de Estado, Chefe-de-Departamento, Estadual-de-Registros, Juizes e os Chefes de Polícia, os Presidentes, Diretores e Superintendentes de sociedades de economia mista, autarquias ou empresas públicas federais.

II - governador e vice-governador:

a) em cada Estado, o governador que haja exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, quem

Perda
§1º: Nos casos do nº II deste artigo, a perda de direitos políticos determina a perda de mandato eletivo, cargo ou função pública; e a suspensão dos mesmos direitos, nos casos previstos neste artigo, acarreta a suspensão de mandato eletivo, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinaram.

Projeto da Constituição de 1967 com emendas, Acervo Senado Federal

07.12.1966 – Convocação do Congresso Nacional para discussão e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República (AI-4).

24.01.1967 – Promulgação da Constituição de 1967.

09.02.1967 – Lei de Imprensa (Lei nº 5.250).

As atrizes Tônia Carreiro, Eva Vilma, Odete Lara, Norma Benguell e Ruth Escobar em passeata contra a censura, 1968, Acervo Arquivo Nacional





*Militares
substituem o povo.
Posse de Costa
e Silva, Acervo
Senado Federal*

15.03.1967 – Assume a Presidência da República o Marechal Arthur da Costa e Silva.

28.03.1968 – PM mata o estudante Edson de Lima Souto durante manifestação no Calabouço, no Rio de Janeiro. Início da agitação estudantil e disseminação de greves operárias.



Estudantes em Assembléia, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1966, Acervo Arquivo Nacional

26.06.1968 – Passeata dos Cem Mil.

02.09.1968 – “Quando não será a polícia um bando de facínoras? Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?” (Pronunciamento em plenário do deputado Marcio Moreira Alves, a propósito da invasão e depredação do *campus* da Universidade de Brasília).

“Cientificados dos graves acontecimentos que ali se processavam, onde a violência imperava soberanamente, partimos para aquele estabelecimento de ensino superior, para aquela universidade, e chegamos no momento em que centenas de alunos e alguns professores eram levados para uma espécie de campo de concentração, com as mãos sobre a cabeça ou, então, em torno do pescoço” (Pronunciamento do Senador Aurélio Vianna, em 29 de agosto de 1968, que fora em companhia dos Senadores Edmundo Levi, Argemiro de Figueiredo e vários deputados à UnB, no dia da invasão. Alguns alunos presos eram filhos dos parlamentares).



“O Deputado Santilli Sobrinho, pelo Estado de São Paulo, protestava em altos brados: “Vocês espancam Deputado Federal! Protesto!” Imediatamente, foi ele cercado e lhe foi dada ordem de prisão. Nesse momento, homens públicos conhecidos neste País, não tolerando mais tais cenas de violência, partiram ao encontro do Deputado. Surgiram, então, protestos os mais veementes, da parte desses representantes do povo e dos Estados. Eram Deputados e Senadores os que protestavam, sem nenhuma discrepância, solidarizando-se com o Deputado Federal, que estava sendo espancado e levado para a viatura que o iria conduzir à prisão, foram também, cercados e receberam ordem de prisão. Então, partindo desse bravo Senador que é Argemiro de Figueiredo, ouviu-se uma voz que é a voz de quem tem autoridade para protestar: “Estes Deputados só irão presos se nós também formos”, e não iremos, se não pela violência. E não houve um só que tivesse silenciado”. (Pronunciamento do Senador Aurélio Vianna, 29 de agosto de 1968).



*Deputado
Santilli
Sobrinho
sendo preso,
Acervo Correio
Braziliense*



*Deputado Mário
Covas ao centro
do conflito, Acervo
Correio Braziliense*

“Compreendi, então, que meus companheiros, quando deliberavam ir à frente dos estudantes em passeatas pelas ruas de Brasília, tinham uma razão, um sentido humano, um sentido de heroísmo singular, porque eles iam oferecer também, sua posição e a sua respeitabilidade de representantes dos Estados e da Federação, em defesa de jovens habitualmente violentados pela polícia” (Pronunciamento do Senador Argemiro de Figueiredo, em 29 de agosto de 1968).

13.12.1968 – Edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e decretação de recesso do Congresso Nacional (Ato Complementar nº 38).

30.12.1968 – Cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de 11 parlamentares, entre eles Márcio Moreira Alves.

*Reunião do
Conselho de
Segurança Nacional
presidida por Costa
e Silva, 1º de julho
de 1969, Acervo
Radiobras*

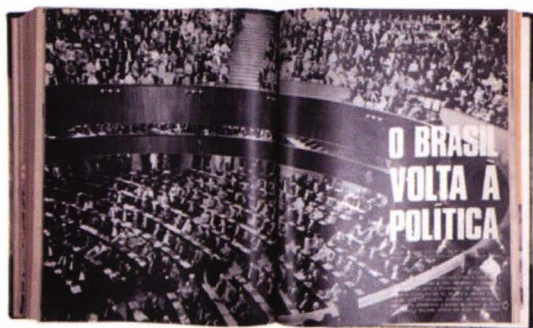


Embarque dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano, Revista Cruzeiro

04.09.1969 – Seqüestro do Embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick.

05.09.1969 – Determinação da aplicação das penas de morte, de prisão perpétua, de banimento ou confisco, nos casos de guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva. (Ato Institucional nº 14).

17.10.1969 – Promulgação pelos ministros militares, estando em recesso o Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº 1, praticamente uma nova Constituição.



*Revista
Cruzeiro*

*Sessão do Congresso
Nacional para eleição
do presidente da
República, 22/10/1969,
Acervo Radiobras*



30.10.1969 – O General Emílio Garrastazu Médici assume a Presidência da República.

15.11.1970 – Realização das eleições diretas para senadores e deputados. A ARENA conquista 41 cadeiras no Senado contra cinco do MDB.



*Banquete
oferecido ao
Presidente Médici
pela bancada da
ARENA, 1º de
fevereiro de 1971,
Acervo Radiobras*

12.04.1972 – Início da campanha militar no Araguaia.

1974

*Os militares sobem
para as galerias,
15/03/1974, Acervo
Radiobras*

15.03.1974 – O General Ernesto Geisel assume a Presidência da República.

01.07.1974 – Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a partir de 15.03.1975 (Lei Complementar nº 20).

15.11.1974 – O MDB elege 16 senadores contra seis da ARENA.



Opinião, 22/11/1974

01.07.1976 – Lei Falcão estabelece restrições na propaganda política.

*Ministro Golbery
entrega mensagem
presidencial
na abertura da
Sessão Legislativa,
01/03/1977, Acervo
Radiobras*



30.03.1977 – Rejeição, pelo Congresso, de Proposta de Emenda à Constituição – reforma do Poder Judiciário – de iniciativa de Geisel.

01.04.1977 – Geisel decreta em recesso o Congresso Nacional (Ato Complementar nº 102) e baixa o “Pacote de Abril”.



14.04.1977 – Eleição de governadores e de 1/3 dos senadores por colégio eleitoral (criação da figura do “senador biônico”); extensão da duração do mandato presidencial para seis anos (Emenda Constitucional nº 8).

28.06.1977 – Instituição do divórcio (Emenda Constitucional nº 9).



Senador Nelson Carneiro, no dia da votação da emenda constitucional que instituiu o divórcio, Acervo Câmara dos Deputados

11.10.1977 – Criação do Estado do Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 31).

13.10.1978 – Revogação de Atos Institucionais e Complementares. Abolição das penas de morte, de prisão perpétua e de banimento. Extinção dos Partidos Políticos (Emenda Constitucional nº 11).



*A posse de
Figueiredo e a
adesão escolar
programada,
15/03/1979,
Acervo Radiobras*

15.03.1979 – O General João Baptista de Oliveira Figueiredo assume a Presidência da República.

28.08.1979 – Lei da Anistia (Lei nº 6.683).

“Brasil, meu Brasil

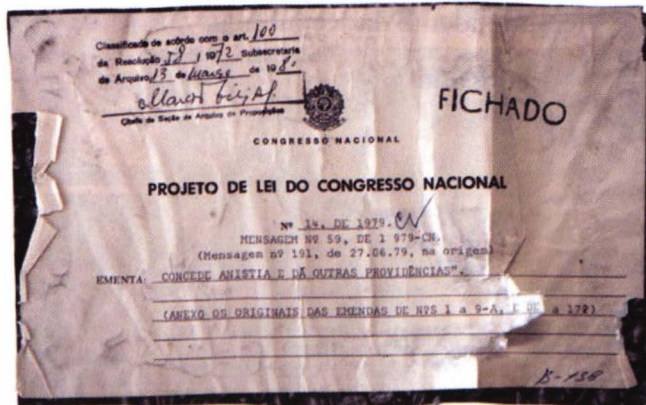
Que sonha com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu num rabo de foguete

Chora a nossa pátria mãe gentil

Choram Marias e Clarisses no solo do Brasil”

(*O bêbado e a equilibrista*, João Bosco)

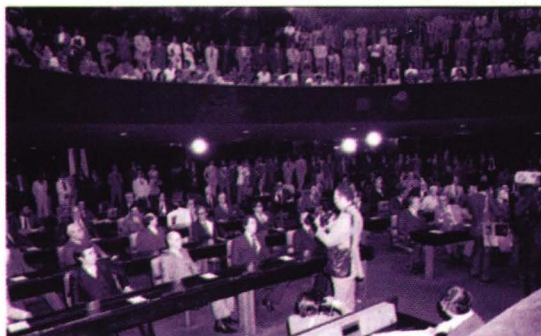
Acervo Senado Federal



20.12.1979 – Extinção dos partidos políticos e regulamentação da criação de novos partidos (Lei nº 6.767).

19.11.1980 – Eleição direta para o Senado e os Governos Estaduais (Emenda Constitucional nº 15).

01.11.1982 – O PDS elege 15 senadores, o PMDB nove e o PDT um.



*Posse de
senadores,
01/02/1983*

18.04.1983 – Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) instituindo eleição direta para presidente e vice-presidente da República.



*Manifestações das
Mulheres pelas
Diretas Já!
17/04/1984*



Congresso Nacional no dia da votação da emenda das Diretas

25.04.1984 – Rejeição, pelo Congresso Nacional, da PEC das Diretas.

01.08.1984 – Indicação do Senador José Sarney pela Frente Liberal como candidato a vice-presidente da chapa de Tancredo Neves, candidato a Presidência da República pelo PMDB.



Convenção do PMDB define candidaturas de Tancredo e Sarney, Acervo Radiobras



Participação popular no dia da eleição de Tancredo, 15/01/1985, Acervo Radiobrás

15.01.1985 – Eleição de Tancredo e Sarney para os cargos de presidente e vice-presidente da República.

15.03.1985 – Sarney assume a Presidência da República.

21.04.1985 – Morte do Presidente Tancredo Neves.

15.05.1985 – Eleição direta para presidente e vice-presidente da República. Instituição da representação política do Distrito Federal. Admissão do voto do analfabeto. (Emenda Constitucional nº 25).

07.10.1985 – Edição de normas sobre a Organização Partidária do Distrito Federal (Lei n.º 7.379).

15.11.1986 – Realização das eleições para governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

01.02.1987 – Instalação da Assembléia Nacional Constituinte.



*Sessão da
Constituinte,
Acervo
Câmara
Federal*

05.10.1988 – Promulgação da nova Constituição.

Solenidade de Promulgação da Constituição, Acervo Radiobrás



1990

*Posse de Collor
no Congresso,
Acervo Senado
Federal*



01.01.1990 – Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960, assume a Presidência da República.

23.12.1991 – Lei de Mecenato Cultural – Lei Rouanet (Lei nº 8.313)

02.10.1992 – Afastamento de Fernando Collor do cargo de presidente da República.

*Reunião da
Comissão de
Impeachment,
01/09/1992,
Acervo Senado
Federal*





*Manifestação
pelo
impeachment,
29/09/1992,
Acervo Câmara
Federal*

29.12.1992 – *Impeachment* de Collor e posse do Vice-Presidente Itamar Franco na Presidência da República.

21.04.1993 – Plebiscito popular opta pelo Presidencialismo como sistema de governo.

01.01.1995 – Posse de Fernando Henrique Cardoso no cargo de presidente da República.

1995

*Posse de
Fernando
Henrique no
Congresso
Nacional,
Acervo Senado
Federal*



29.09.1995 – Lei de cotas para a representação política feminina (Lei nº 9.100/95).

20.12.1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394).

11.09.1997 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 9.496).



1999

*Posse de
Fernando
Henrique no
Congresso
Nacional,
Acervo Senado
Federal*

01.01.1999 – Posse de Fernando Henrique Cardoso no cargo de presidente da República.

28.06.2000 – Perda de mandato do Luís Estevão, único senador cassado por falta de decoro parlamentar na história recente do País.

10.01.2002 – Código Civil (Lei nº 10.406).

*Posse de Lula
no Congresso
Nacional,
Acervo Senado
Federal*



01.01.2003 – Posse de Luís Inácio Lula da Silva no cargo de presidente da República.

01.01.2007 – Posse de Luís Inácio Lula da Silva no cargo de presidente da República.

Posse de Lula no Congresso Nacional. Acervo Senado Federal



A História do Senado, de suas origens aos dias atuais, em texto, imagens e áudio.

É na soberania popular que se funda a legitimidade do Poder Legislativo. Tratar da História do Parlamento significa revivificar seu ato fundador, a vontade popular.

Esta publicação multimídia recupera o papel central do Senado na construção da história nacional, viés que enfatiza a comunhão entre a vontade popular e o Legislativo e permite concluir que a História do Senado é a História do Brasil.

